NOVA RETÓRICA E LINGUÍSTICA DO DISCURSO¹

Ruth Amossy²

Em que a “nova retórica”, que não se refere a qualquer um dos grandes textos de filosofia analítica e de pragmática publicados na época em que se republicou o *Tratado da argumentação* (1970; a primeira edição é de 1958)³, pode ser pertinente para as ciências da linguagem? A questão se coloca com mais acuidade na medida em que a dimensão linguageira em Perelman é sempre evocada nos termos manifestadamente emprestados da gramática tradicional. Apesar do impasse sobre a linguagem na obra de alguém que é, antes de tudo, um filósofo e um lógico, podemos sustentar que a retórica perelmaniana anuncia as grandes orientações contemporâneas colocadas pelas ciências da linguagem. Uma reformulação da abordagem exemplificada pelo *Tratado da argumentação* permite, assim, demonstrar até que ponto essa abordagem está próxima dos avanços da linguística do discurso em suas vertentes enunciativa e pragmática: mesma atenção dada às situações de enunciação, à função do alocutário, ao saber comum e às pressuposições que autorizam a interação verbal, até a eficácia da fala definida em termos de ação.

O que mais eu gostaria, através dessa reaproximação, é defender que a (nova) retórica pode ser plenamente integrada às ciências da linguagem – e isso será aqui o essencial de minha tese. Eu entendo que se pode, sem trair sua vocação primeira, redefinir a retórica perelmaniana como um dos ramos da linguística do discurso, sob a condição, é claro, de dotá-la dos instrumentos e procedimentos necessários ao estudo concreto da fala argumentativa. É nessa perspectiva que *A argumentação no discurso* (2000) se propõe a realizar uma abordagem analítica no seio da qual a nova retórica recupere não somente os trabalhos pioneiros de Benveniste, mas também o estudo das interações verbais e a AD em suas versões contemporâneas⁴. Seguindo Marc Angenot (1982), Christian Plantin (1990) ou Jean-Michel Adam (1997, 1999), eu tentei sugerir, a um só tempo, como a obra de Perelman anunciava os avanços da linguística do discurso e como as noções e os instrumentos elaborados pelas ciências da linguagem permitem esclarecer e refinar a análise da argumentação verbal. Eu

¹ Referência do texto fonte desta tradução: AMOSSY, R. Nouvelle rhétorique et linguistique du discours. In: KOREN, R.; AMOSSY, R. (Orgs.) *Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?* Paris: L'Harmattan, 2002. p. 153-171.

² Docente da Universidade de Tel-Aviv, Israel. E-mail: amossy@attglobal.net.

³ A obra *Quando dizer é fazer*, de J. L. Austin, data de 1962; *Dizer e não dizer*, de Oswald Ducrot, é de 1972, mas, o artigo “Pressupostos e subentendidos” data de 1969.

⁴ E, particularmente, aqueles propostos por Dominique Maingueneau (1984, 1991) ou Georges-Elia Sarfati (1997).

quero relançar aqui a questão da produtividade mútua de uma retórica centrada sobre a relação com o outro e a primazia dos tópicos, de uma parte, e das ciências da linguagem em sua versão enunciativa e pragmática, de outra. Isso feito, eu deixarei deliberadamente de lado um dos aspectos essenciais do quadro teórico e metodológico desenvolvido em meu livro, a saber, a relação entre análise argumentativa e análise do discurso. Essa questão demanda, é claro, levar em consideração os quadros genéricos e a interdiscursividade, repensar as concepções de sujeito e de intencionalidade sobre as quais continua a se apoiar o pensamento de Perelman.

A abordagem de Perelman, como a retórica antiga da qual ela se alimenta, constitui um modo de apreensão da linguagem que viveu um longo eclipse e que agora reapareceu massivamente nas diversas correntes da pragmática. Explorando a ação exercida sobre os espíritos por meio do discurso, Perelman examina a linguagem em termos de utilização e de eficácia. Assim, poder-se-ia lhe aplicar o que Catherine Fuchs e Pierre Le Goffic dizem, em linguística, do campo tão vasto quanto diversificado da “enunciativo-pragmática”:

O ponto comum a todas as abordagens que se postulam como parte desse movimento reside, sem dúvida, na crítica a uma concepção puramente “instrumental” ou “representacional” de linguagem: a linguagem é vista, aqui, como ato, e é situada nas circunstâncias de seu funcionamento (1992, p. 140).

Nessa ótica, a linguagem “é compreendida como atividade de sujeitos inscritos nas situações”. E,

de fato, quando hoje se fala de uma “linguística do discurso”, se entende designar não uma disciplina que teria um objeto bem determinado, mas um conjunto de pesquisas que abordam a linguagem situada em primeiro plano, a atividade de sujeitos falantes, a dinâmica enunciativa, a relação com um contexto social, etc. (MAINGUENEAU, 1991, p. 11).

Não há dúvida de que as pesquisas retóricas se inscrevem, desde a origem da disciplina, nesse horizonte de pensamento. É, portanto, paradoxalmente, porque retornou a Aristóteles, que Perelman se mostra o contemporâneo, senão o precursor, da pragmática. Nessa perspectiva global, é interessante ver em que medida a abordagem da nova retórica se deixa descrever em termos linguísticos, e quais inflexões essa terminologia confere às teses perelmanianas.

Todo discurso implica uma enunciação e, portanto, uma troca

A retórica, como arte de persuadir, oferece uma reflexão não sobre a língua como sistema, mas sobre “a linguagem em ação e, necessariamente, entre parceiros” (BENVENISTE, 1966, p. 258), ou seja, sobre o discurso. Na medida em que ela estuda o uso da linguagem por um sujeito falante, ou a *parole* em ação, o primeiro cuidado da nova retórica é de definir as modalidades desse uso. Se é verdade, como nota Philippe Breton, na linha de Perelman, que a argumentação verbal consiste em “implementar um raciocínio em uma situação de comunicação” (1996, p. 3), importa a ela, antes de qualquer coisa, descrever as instâncias e as regras de funcionamento dessa dinâmica comunicacional. Em outros termos, ela deve delinear o quadro formal da enunciação (argumentativa). Mesmo não se referindo jamais a Benveniste, pode-se dizer que a nova retórica examina, prioritariamente, *o aparelho formal da enunciação*, no seio do qual se desdobra o discurso argumentativo. Nessa ótica, a retórica recupera e amplia, segundo suas próprias modalidades, aquilo que se desenvolveu a partir dos anos sessenta sob o nome de linguística da enunciação.

Todo ato de enunciação coloca em presença um sujeito falante – que Perelman, na grande tradição retórica, chama de *orador* – e um alocutário, que ele denomina *auditório*. Isso quer dizer que ele implica *ipso facto* um locutor, mesmo que a primeira pessoa do singular ou do plural não seja empregada. No máximo, a subjetividade se inscreve na linguagem na ausência de um “eu” explícito. A retórica não ignora o estudo dos meios verbais que visam levar à adesão do auditório no discurso filosófico ou literário dito em terceira pessoa. Como bem nota Kerbrat-Orecchioni, “a presença do enunciador no enunciado não se manifesta (...) necessariamente pela figuração de um ‘eu’ linguístico (...) a subjetividade pode tomar os caminhos do ‘ele’” (1980, p. 152-153). É que o discurso, ou narrativa, em 3ª pessoa estipula, por sua própria existência, a presença, ainda que implícita e velada, de um “eu” – de um locutor que enuncia face a um alocutário.

Esse eixo eu-tu/você, que implica uma situação concreta de discurso e um conjunto de marcas dêiticas, é o suporte de uma dinâmica comunicacional. O discurso produz um espaço intersubjetivo: o eu implica um tu, mesmo quando não há endereçamento no sentido literal. Na perspectiva retórica, todo enunciado é necessariamente dirigido a um destinatário que contribui para orientar os modos de ver e de pensar. O sujeito falante se apropria da linguagem não simplesmente para dizer o mundo ou para se dizer, mas também para agir sobre aquele ou aqueles aos quais se dirige.

Verifica-se que a retórica, como a linguística da enunciação, analisa a linguagem em situação em sua dimensão intersubjetiva. Contudo, os trabalhos oriundos de Benveniste concedem um espaço preponderante à análise concreta dos pronomes pessoais e dos outros dêiticos, que pouco tem de equivalente no *Tratado da argumentação*. Sem dúvida, existem algumas observações sobre o uso argumentativo dos pronomes e, em particular, do indefinido “se” quando ele é substituído por “eu” (1970, p. 209). Mas essas notas rápidas propõem uma orientação de análise, em vez de explorarem a questão de maneira sistemática. É por isso que diversos trabalhos inspirados em Perelman se ocupam, hoje em dia, de recuperar as contribuições da linguística para enriquecer a análise do discurso argumentativo. Eles mostram até que ponto o estudo dos pronomes pessoais nos textos revela-se decisivo na descrição de seu funcionamento. É o que exemplificam (entre outros) os estudos concretos – do anúncio publicitário e da Apelação de 18 de junho de De Gaulle, ao discurso pacifista de Romain Rolland ou aos folhetos feministas dos anos de 1970 – reunidos em *L’Argumentation publicitaire* (1997), *Images de soi dans le discours* (1999)⁵ ou *L’argumentation dans le discours* (2000). Este ponto ilustra eloquentemente a complementariedade da nova retórica e da linguística, mostrando como a segunda permite compreender, na materialidade do discurso, a dinâmica da persuasão verbal que a primeira destaca em seus grandes princípios.

Subjetividade e tomada de posição na linguagem

A linguagem percebida como atividade enunciativa eleva a questão da subjetividade na linguagem ao sentido forte do termo: em suas marcas axiológicas e em todos os traços de tomadas de posição e de julgamentos de valor mais ou menos explicitamente expressos pelo locutor. Chega-se, então, a uma problemática da enunciação definida como a “pesquisa dos procedimentos linguísticos (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos, etc.), pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implicitamente ou explicitamente) e se situa em relação a ele” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 32). Vê-se como a questão da subjetividade na linguagem recobre aquela da persuasão. Se a argumentação consiste em conduzir à adesão dos espíritos pelos meios verbais, a utilização da linguagem pelo sujeito falante torna-se a atividade que lhe permite apresentar sua visão das coisas, dos outros e dele mesmo. Perelman trata disso longamente nas rubricas que ele intitula

⁵ A tradução para o português brasileiro, com o título *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, teve sua primeira edição publicada em 2005, pela editora Contexto [N.T.].

“a escolha da qualificação” (I, 32), ou ainda, “apresentação dos dados e formas do discurso” (I, 39).

A apresentação dos dados, por meio da qual o orador mobiliza diversos recursos linguageiros, constitui “uma escolha entre diversas possíveis”. “É pensando nas variações de forma, nas apresentações diversas de certo conteúdo, que também não é exatamente a mesma coisa de quando ele foi apresentado, que é possível detectar a escolha de uma forma determinada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1970, p. 192). Trata-se, portanto, de examinar as escolhas lexicais e as marcas axiológicas a propósito das quais o locutor entende dar uma visão orientada do real. O *Tratado da argumentação* explora, assim, “a escolha das classificações” (1970, p. 169) tal como se manifesta na seleção do epíteto e das designações que efetuam uma categorização. O epíteto destaca uma qualidade destinada a designar um fato incontestável, que se justifica por si mesmo. Assim, exerce um papel argumentativo importante, como se verifica no seguinte exemplo, de Perelman e Olbrechts-Tyteca: “ele permitiu chamar a revolução francesa de ‘essa sangrenta revolução’, mas essa não é a única forma de qualificá-la...” (1970, p. 109). Há, também, “a simples designação de um ser em uma classe e (...) sua designação por essa mesma qualificação” porque “as classificações existentes que se utilizam na qualificação são numerosas, e não é possível qualificar sem escolher” (1970, p. 109-110).

Esse ponto de vista é desenvolvido e formalizado no estudo de Catherine Kerbrat Orecchioni sobre *L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage*. Denominar, notou ela,

é escolher no seio de um paradigma denominativo; é fazer “cair sobre os sentidos”, é orientar, em uma certa direção analítica, o objeto referencial; é abstrair e generalizar, é classificar e selecionar: a operação denominativa que se efetua sob a forma de uma palavra ou de uma perífrase (quer dizer, que se predica implícita ou explicitamente sobre o objeto denotado) jamais é, portanto, inocente, e toda designação é necessariamente “tendenciosa”. Mesmo uma frase tal como “a marquesa sai às cinco horas” é, nesse sentido, “subjéctiva”, posto que ela escolheu designar o actante com a ajuda de seu título de nobreza, ou seja, através de seu status social. Nesse sentido, nenhum item lexical poderia ser utilizado com total objetividade (1980, p. 126).

O locutor imprime sua marca no discurso por meio do emprego de avaliativos: os substantivos axiológicos (valorizantes ou desvalorizantes), os adjetivos afetivos ou avaliativos (axiológicos ou não), os verbos ocasionalmente ou intrinsecamente subjéctivos. Retomando um número de *Langages* (76, dezembro de 1984), consagrado à denominação, Roselyne Koren integra a perspectiva argumentativa à análise linguística, a fim de melhor identificar *As questões éticas da escrita de imprensa* dita “objetiva” (KOREN, 1996, capítulo 6). Em seu estudo sobre a “verbalização do terrorismo”, ela mostra bem que nomear o ato terrorista ou

seu agente “é um ato de fala que implica a intervenção individual do sujeito da enunciação e a transformação do nome em argumento, no contexto do debate social” (1996, p. 207). Vê-se, assim, como a análise linguística permite compreender de forma concreta e precisa a orientação axiológica ou afetiva do discurso. Esses procedimentos permitem precisar a análise retórica, que os integra, desviando a questão da subjetividade na linguagem para aquela do seu impacto sobre o auditório. Assim, as formas afirmativas e negativas, o imperativo ou o interrogativo, são examinados no *Tratado da argumentação* em função de sua eficácia. É “o papel argumentativo desempenhado por certas formas de expressão, pertencentes às modalidades, no sentido amplo desse termo” (1970, p. 208) que retém a atenção do retórico.

Notar-se-á que, nesse sentido, a nova retórica anuncia um pouco os trabalhos de semântica pragmática de Anscombe e Ducrot, que buscam definir o sentido da palavra, levando em conta sua orientação argumentativa.

O papel constitutivo do alocutário

É em função do efeito a produzir sobre o alocutário que a retórica analisa a enunciação da subjetividade na língua. Que o auditório seja plural ou singular, fisicamente presente ou ausente, ativo ou silencioso e passivo, ele é a instância em função da qual o locutor constrói o seu discurso. De fato, o desaparecimento elocutório do outro não significa de modo algum que se tenha o caso de um monólogo. Mesmo o discurso não endereçado, que não espera nenhuma resposta direta, é necessariamente dirigido para outro. Perelman insiste sobre o papel determinante do receptor não somente no diálogo heurístico, erístico ou, simplesmente, cotidiano, mas também na fala em que ele parece ausente. Nessa perspectiva, a primeira regra da argumentação é, com efeito, a adaptação ao auditório. É o auditório visado pelo orador que modela o discurso e determina a escolha das estratégias verbais.

O ponto de vista do retórico coincide aqui com aquele dos linguistas do discurso, se se acredita na formulação de Catherine Kerbrat-Orecchioni, em *L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage*:

O *destinatário* propriamente dito, ou alocutário (que pode ser singular ou plural, nominal ou anônimo, real ou fictício), se define pelo fato de que ele é explicitamente considerado pelo emissor L (o emprego do nome de segunda pessoa e/ou a direção do olhar o revelam) como seu parceiro na relação de alocução, e, por conseguinte, as operações de codificação são parcialmente determinadas pela imagem que L construiu dele (1980, p. 23).

Catherine Kerbrat-Orecchioni sublinha que “não se fala a um destinatário real, mas àquele que se crê conhecer”. De fato, afirmar que o discurso se adapta ao auditório é dizer que ele se elabora em conformidade com *a imagem* que o orador faz dele, isto é, com a ideia que se faz de suas opiniões e crenças. Perelman insistiu bem: o auditório é sempre uma construção do orador. Que ele seja ou não endereçado, que ele seja ou não descrito, o público está presente *no* texto onde se registra sua imagem, de maneira plena ou frívola. Para encontrá-la, nos casos em que ela se inscreve de soslaio, é preciso identificar as opiniões, as crenças, as evidências que o discurso imputa ao alocutário. É, portanto, em uma mesma perspectiva que a nova retórica e as ciências da linguagem se interrogam sobre as modalidades de inscrição do alocutário no discurso. A reflexão linguística sobre esse ponto, diga-se de passagem, é, contudo, ancorada nos trabalhos da escola francesa de análise do discurso, particularmente nos de Michel Pêcheux (1969), bem mais que na teoria da argumentação (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 20). Ainda se encontram as teorias que se alimentam das duas fontes, como a linguística textual de Jean-Michel Adam, que se inspira também em Perelman, e a “lógica natural” de Jean-Blaise Grize (1990), um dos primeiros trabalhos da AD. O essencial, aqui, é que a retórica e a linguística concordam, para dizer que

a presença do destinatário se inscreve (...) na totalidade do material linguístico que constitui o enunciado, que o locutor elabora de modo que ele seja compreendido pelo alocutário, e conforme seus próprios objetivos ilocutórios. Que se o consideramos em sua função conativa ou informacional (porque informar os outros é fazê-lo para garantir que ele compreenda e admita a informação: os enunciados referenciais não são, por isso, pragmaticamente neutros), é, portanto, a totalidade do enunciado que reflete e constrói, indiretamente, uma certa imagem que L faz de A (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 160).

Acrescentamos que o locutor constrói seu ethos⁶, ou imagem de si no discurso, em função do que pensa que seu auditório sabe ou espera dele. Toda argumentação produz, assim, um jogo especular que a retórica nos chama à atenção, e que tem sido, nos últimos tempos, objeto de múltiplos trabalhos, do *Lógica natural* de Jean-Blaise Grize (1990), ao *Imagens de si no discurso* (1999[2005]) e ao *Linguistique textuelle* de Jean-Michel Adam (1999).

⁶ A imagem de si que o locutor constrói em seu discurso e que constitui, para a retórica, um meio de prova essencial, é claramente mencionada por Perelman, que não lhe atribui, todavia, mais que uma atenção passageira. Eu não retomo aqui a questão do ethos, não somente porque eu já empreendi outrora o histórico dos estudos que lhe foram consagrados nos domínios da retórica e da pragmática (*Images de soi dans le discours*, Amossy, 1999), mas também porque a apreciação desse tema é manifestada nesta mesma obra, em que importantes desenvolvimentos lhe são consagrados, em particular, por J.-M. Adam e C. Kerbrat-Orecchioni.

O dialogal e o dialógico

Nessa ótica, a nova retórica concede uma importância secundária à diferença entre o diálogo, que constitui uma troca real entre parceiros, e o discurso no qual só a fala do locutor se faz ouvir. O “tu” pode estar presente e ativo; tem-se, então, um quadro dialogal no sentido estrito do termo. Mas o público pode, também, estar passivo, silencioso ou totalmente ausente. Sem dúvida, Perelman diferencia a argumentação diante de um auditório virtual daquela que se efetua com a colaboração de um interlocutor ativo. Longe de conceder uma função primordial a essa divisão, ele mantém, entretanto, os dois casos de figura no mesmo quadro. Quer dizer que ele recusa a separação, operada pelos Antigos, entre o diálogo e a disciplina voltada ao seu estudo, a dialética, e o discurso público (geralmente depreciado, porque endereçado ao vulgo), que pertence ao domínio da retórica. O tratado perelmaniano engloba os dois modos de comunicação. Se ele prefere denominar-se “retórica”, em vez de “dialética”, enquanto “a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas” (1970, p. 6) é mais próxima de sua abordagem, é essencialmente por valorizar a relação constitutiva da fala com o auditório. Para a retórica, de fato, “*é em função de um auditório que se desenvolve toda argumentação*” (1970, p. 7). Vê-se a que ponto Perelman privilegia a função do alocutário, para além de sua presença efetiva, na dinâmica comunicacional.

Parece, assim, que a nova retórica considera, como as correntes inspiradas em Bakhtin, que a argumentação que não se desenrola sob a forma de diálogo efetivo é, entretanto, sempre *dialógica*. A palavra é, necessariamente, orientada para o discurso do outro, ao qual ele reage e responde, ainda que implicitamente. Perelman, claramente, não utiliza a noção de *dialogismo* que as ciências da linguagem tomam de empréstimo dos trabalhos de inspiração marxista de Mikhail Bakhtin. Mas ele propõe um quadro de análise no qual a relação eu-tu e a consideração do polo da recepção são constitutivos. Vê-se, assim, como a nova retórica denuncia, tal como as linguísticas do discurso, toda ilusão solipsista, para se situar, de início, em uma perspectiva comunicacional que privilegia a noção de troca.

Ao mesmo tempo, Perelman está longe de conceder à oposição entre troca real e troca virtual a importância decisiva que lhe confere o estudo das interações verbais, que distingue claramente o *interacional*, lugar de uma verdadeira troca entre parceiros, e o *dialógico*, onde o outro não é um participante ativo. De fato, as correntes interacionistas, das quais Kerbrat-Orecchioni se faz a porta-voz, neste mesmo volume, tendem a sublinhar a diferença entre a perspectiva “*dialógica, mas monológica*” da retórica e a perspectiva “*dialogal e dialógica*” da pragmática interacionista. Segundo elas, somente esta última opera uma verdadeira ruptura no

estudo das trocas verbais. A especialista das interações verbais lamenta, assim, que a perspectiva exemplificada por Perelman não leve em conta o “verdadeiro” diálogo, a saber, “a confrontação dos discursos verdadeiramente heterogêneos, inscritos no movimento dinâmico de uma interação que se constrói passo a passo”. De onde a importância atribuída à “interação argumentativa” no sentido pleno do termo, domínio que diversos pesquisadores exploram atualmente – como Marianne Doury em suas análises do debate sobre as paraciências (1997), Guylaine Martel, que se inspira em parte dos trabalhos de Moeschler (1985), em sua “retórica do cotidiano”, 1998, ou Christian Plantin em seus últimos trabalhos (1995, 2000).

Não há dúvida de que a interação argumentativa, tal como é exercida, principalmente, nas conversações de todos os dias, seja um terreno de observação privilegiado. É o que o próprio Perelman sublinha, surpreendendo-se do pouco caso feito, até agora, dos “diálogos jornalísticos”, posto que “é no curso das conversações cotidianas que a argumentação tem mais chances de ser exercida” (1970, p. 51). Pode-se ver, portanto, no *Tratado da argumentação*, uma incitação para empreender o estudo da retórica do cotidiano e das trocas conversacionais às quais se dedicam, há várias décadas, as ciências da linguagem. Entretanto, a vigorosa consideração do outro no discurso, a importância dada à influência exercida pelo alocutário, ainda que passivo, a colocação em evidência do papel decisivo que ele desempenha na escolha das premissas, dos pontos de acordo e dos lugares sobre os quais se constrói a argumentação, fazem com que a nova retórica não possa, em nenhum caso, conceber a presença do auditório como puramente fantasmagórica. Mesmo quando ela é virtual, essa presença é determinante: o destinatário age sobre o locutor em um jogo de influências mútuas, a ponto de contribuir para modelar a fala que tende a agir sobre ele. A ruptura efetuada pela nova retórica concerne menos à passagem do *dialógico ao dialogal* do que àquela do monologal, da ilusão do monólogo, ao dialogismo inerente a toda fala.

Tipologia dos auditórios

Compreende-se, na perspectiva global delineada anteriormente, que seja necessário estabelecer uma tipologia dos públicos. Duas distinções se impõem no quadro da nova retórica. A primeira concerne à diferença entre o auditório homogêneo e o auditório “compósito” ou heterogêneo, a saber, composto de membros que não partilham, necessariamente, dos mesmos modos de ver e de dizer. O empreendimento de persuasão se mostra particularmente perigoso (e um tanto mais interessante) quando o auditório é composto por membros cujos pontos de vista são diferentes, até mesmo divergentes. É difícil

agir eficazmente sobre espíritos que não partilham das mesmas premissas nem dos mesmos valores. Por outro lado, Perelman atribui uma importância considerável à distinção entre o discurso que visa a persuadir um auditório particular e aquele que intenta convencer um auditório universal – a saber, todo ser de razão. Não é aqui o lugar de se estender sobre a noção de auditório universal, sobre a qual se tem derramado muita tinta nos estudos sobre a argumentação. O essencial é que essas noções – e em particular aquela de auditório homogêneo e compósito – têm sido extremamente fecundas na análise dos textos com visada ou com dimensão argumentativa, como o mostram os exemplos de discursos políticos ou literários estudados em *L'Argumentation dans le discours*.

As ciências da linguagem, quanto a elas, se interrogam menos sobre a natureza compósita ou homogênea, universal ou particular do auditório, do que sobre os modos de presença do alocutário na comunicação. Pode-se, assim, classificar as instâncias de recepção em função de seu grau de presença e de atividade:

- presente + “eloquente” (troca oral cotidiana);
- presente + não eloquente (a conferência magistral);
- ausente + eloquente (a comunicação telefônica);
- ausente + não eloquente (na maioria das comunicações escritas).

(KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 24).

Distingue-se, também, entre os alocutários diretos, indiretos e adicionais. De fato,

O *emissor* pode se preocupar com a presença, no circuito da comunicação, de “destinatários indiretos” que, sem estar integrados à relação de alocução propriamente dita, funcionam como “testemunhas” da troca verbal, e às vezes influenciam de modo decisivo (exemplos de piada, de discurso polêmico, das apresentações em defesa de tese, etc.).

Deve-se, enfim, admitir, para toda mensagem, a existência de *receptores adicionais* e aleatórios, cujo emissor não poderá prever a natureza nem, conseqüentemente, o modo como eles interpretam a mensagem produzida. (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 23).

Essas considerações anunciam os trabalhos sobre as interações verbais influenciadas pela noção de “quadro participativo”, estabelecida pelo sociólogo E. Goffman, que define o número, o status e o papel dos participantes de uma interação. Ele distingue, assim, entre os participantes ratificados, entre os quais se encontram os “receptores endereçados” e os “receptores não endereçados”, e os “bystanders”, que incluem os “overhearers” (de cuja presença o locutor é consciente) e os “eavesdroppers” (intruso indiscreto) (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). Esse modelo, elaborado para o estudo das interações verbais face a face (o dialogal), pode ser mobilizado para uma melhor compreensão da argumentação em

sua dimensão dialógica. Ele permite, de fato, precisar a dinâmica do discurso argumentativo em função da hierarquia dos alocutários aos quais o locutor deve se adaptar.

Os índices de alocação

Perelman, que não se preocupa demais com as categorizações formais que estabelecem os modelos linguísticos, não está muito mais atento às marcas languageiras da presença do outro. Os linguistas, ao contrário, se interessam essencialmente pelos lugares nos quais se inscreve concretamente a figura do enunciatário. Que sua presença seja revelada nos saberes e nas crenças que lhe são atribuídas se mostra, nessa perspectiva, perturbador. De fato, “se ele se situa além [dos lugares discursivos concretos]”, “é para se diluir nas áreas onde sua existência torna-se incerta” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 161). Assim, é importante se debruçar sobre os traços materiais da presença do receptor no discurso, ou “índices de alocação”, e desvelar aqueles que são mais explícitos e mais facilmente reconhecidos. Além da análise do jogo de pronomes pessoais, a linguística examina os “apelativos”, o imperativo, a interrogação ou, ainda, o endereçamento ao leitor. Novamente, a linguística do discurso e a nova retórica se revelam, ao mesmo tempo, complementares e diferentes. As ciências da linguagem permitem, com efeito, apreender o auditório perelmaniano na materialidade do texto. A atenção dada ao modo como a instância de recepção se inscreve no discurso, isto é, às modalidades por meio das quais o locutor projeta a imagem daquele a quem ele se dirige, mostra-se extremamente preciosa à análise argumentativa. Além disso, os procedimentos do linguista contribuem para identificar as estratégias desenvolvidas pelo discurso de visada ou de dimensão argumentativa, quando ele tenta alcançar a adesão de um público homogêneo (favorável ou hostil) ou de um auditório composto (variado ou dividido) (AMOSSY, 2000, p. 33-58).

Os tópicos

A nova retórica, como digna herdeira de Aristóteles, funda a arte da persuasão sobre o bom uso dos tópicos. O orador não pode levar seu auditório à adesão se ele não apoia seus argumentos sobre os valores e as crenças partilhadas. Novamente, a retórica anuncia os trabalhos da linguística contemporânea que, sob diversos ângulos, estuda a pressuposição, as implicaturas e os *topoi*, que asseguram, ao mesmo tempo, o encadeamento dos enunciados e seu impacto na interação. A intersecção das disciplinas no que concerne aos tópicos já foi

analisada profundamente na obra de Ekkehard Eggs, *Grammaire du discours argumentatif* (1994). Deve-se lembrar, no entanto, que a terminologia comum recobre noções por vezes diferentes, mas conciliáveis, de sorte que uma problematização permite mostrar como elas podem estar integradas em um modelo analítico coerente (AMOSSY, 2000).

Perelman fundamenta a adaptação ao auditório sobre uma consideração de suas premissas: se o discurso se apoia sobre as crenças e as opiniões que não são aquelas do público-alvo, ele corre o risco de ser rejeitado desde o início. Para garantir uma escuta e não perder, de repente, sua credibilidade aos olhos do auditório, o orador deve mobilizar os pontos de acordo. Ele poderá, em seguida, trabalhar para transferir para as conclusões o assentimento dado às premissas. Para Perelman, o acordo prévio recai sobre os fatos (aquilo que é considerado como tal), as verdades (aquilo que é conhecido pelo público como verdadeiro) e as presunções (aquilo que se pode presumir válido, em função de normas admitidas). A partir dessas bases, o discurso pode desenvolver sua argumentação apoiando-se em esquemas lógico-discursivos que gozam de reconhecimento amplo, senão geral. Esses são os lugares, ou *topoi* de boa memória, que Perelman retoma de Aristóteles, transformando um pouco seus critérios de classificação e insistindo sobre os lugares do preferível. Ele enumera, assim, os lugares da quantidade e da qualidade, os lugares da ordem (que afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior), da existência, da essência e da pessoa (1970, p. 112-128). O que caracteriza os *topoi* retóricos, tal como os considera Perelman, um digno herdeiro de Aristóteles, é sua natureza de esquemas lógicos que subjazem ao discurso e que podem, dessa feita, receber realizações múltiplas e diversas: esses são os modelos (*patterns*) que servem de receptáculo a conteúdos diversos ou, nos termos de Marc Angenot, os “primeiros esquemas nos quais se pode converter os raciocínios concretos”, “uma estrutura relacional cuja proposição não é mais que uma das inumeráveis atualizações possíveis” (ANGENOT, 1982, p. 162). Lida-se, em suma, com “as formas vazias comuns a todos os argumentos”: a expressão é de Roland Barthes, que comenta judiciosamente: “quanto mais vazias elas são, mais elas são comuns [...]” (BARTHES, 1994, p. 308). Assim, quando Fustel de Coulanges escreve para o alemão Mommsen⁷: “*Você invoca o princípio da nacionalidade, mas você o compreende de maneira diferente de toda a Europa*”, seu argumento retira sua força do lugar da quantidade, segundo o qual, uma interpretação compartilhada pela maioria prevalece *ipso facto* sobre aquela que é prerrogativa de um só. O que a maioria (principalmente, a das

⁷ Trata-se da carta aberta que o francês Fustel de Coulanges escreveu, em 1870, ao historiador alemão Mommsen, em resposta à “Carta endereçada ao povo italiano” escrita por este. Nesta carta, Mommsen afirma que a Alsácia (objeto de disputa na guerra franco-alemã iniciada naquele mesmo ano) seria de natureza alemã por motivos históricos, linguísticos e raciais. A carta de Fustel de Coulanges contribuiu para determinar a oposição entre as concepções francesa e alemã sobre as ideias de nação e de nacionalidade (cf. <http://mjp.univ-perp.fr/textes/fustel1870.htm> Acesso em 09/03/2018). [N.T.]

peças esclarecidas) considera como verdadeiro é superior à tomada de posição isolada e desviante.

Essa abordagem dos *topoi* busca determinar os grandes esquemas lógico-discursivos que articulam e modelam os raciocínios, mostrando que sua força de convicção depende, em parte, dos lugares comuns sobre os quais eles se edificam. Mas, essas são, como nota Georges Molinié, as “figuras *macroestruturais*” (MOLINIÉ, 1992, p. 191), que devem ser identificadas e reconstruídas para a análise, na medida em que elas não se deixam capturar na literalidade do discurso. A pragmática, que também se interessa pelas premissas e pelos tópicos implícitos nos quais se baseia o enunciado ou as cadeias de enunciados, tenta encontrá-los na materialidade da linguagem.

É o que fez Oswald Ducrot em seu trabalho sobre a pressuposição, empreendido nos anos setenta, antes da elaboração da teoria da argumentação na língua, e retomado depois em um novo quadro (1984). Em uma perspectiva retórica, a primeira concepção de pressuposição como o que é dito sem dizer, aquilo que não é expresso explicitamente no enunciado e, entretanto, é gravado em sua literalidade, constitui uma certa contribuição para a detecção das premissas tácitas do discurso. Assim, “Jacques parou de fumar” se baseia na pressuposição compartilhada de que Jacques fumava antes; “nossos soldados cumpriram com seu dever”, na pressuposição de que existe um dever do combatente, etc. Em um segundo momento, Anscombre e Ducrot desenvolveram os instrumentos de análise para identificar os *topoi*, definidos como os lugares comuns implícitos que garantem o encadeamento dos enunciados. Assim, em “Você parece estar em forma esta noite, venha dançar”, o *topos* é que a dança é apropriada às pessoas que estão em forma ou, ainda, que as pessoas que estão em forma devem se envolver com atividades como a dança. Encontra-se, aqui, em uma concepção de tópico em sentido restrito, aquela que exige uma definição também restrita de argumentação como encadeamento de enunciados que conduzem a uma dada conclusão. Nos termos de Anscombre, os *topoi* são

princípios gerais que servem de apoio aos raciocínios, mas não são os raciocínios. Eles jamais são afirmados, no sentido de que seu locutor jamais se apresenta como sendo o autor (mesmo que ele o seja efetivamente), mas eles são utilizados. Eles são quase sempre apresentados como objeto de consenso no seio de uma comunidade mais ou menos vasta (que pode se reduzir a um indivíduo, por exemplo, o locutor). Por isso, eles podem muito bem ser criados a partir do zero, e serem apresentados como tendo força de lei, como sendo certo. (ANSCOMBRE, 1995, p. 39).

Vê-se como a definição pragmática de *topos* difere da concepção retórica. Ela decorre, antes, de uma concepção instrumental da ideia recebida, que faz desta um instrumento de

ligação entre dois enunciados. Parece, não menos, que a noção de pressuposição elaborada em um primeiro estágio da teoria, e aquela de topos definida no quadro da TAL, são instrumentos valiosos para uma análise argumentativa que tenta apreender o funcionamento do discurso de visada persuasiva em seus diferentes níveis. Elas se encontram, nesse sentido, recuperadas em uma abordagem que enfatiza a função no nível da comunicação: é o impacto dos lugares comuns em sua forma implícita, aquela que destaca o caráter imediato da evidência, que faz a força da convicção.

Para concluir esse rápido panorama, é preciso salientar alguns pontos.

Se as linguísticas do discurso e, particularmente, a linguística da enunciação e a semântica pragmática atravessam a (nova) retórica, não o fazem sem se desviar sensivelmente de sua abordagem global. Elas vêm, de fato, de disciplinas que se propõem a analisar os funcionamentos discursivos: elas pretendem explicar, a partir de instrumentos linguísticos, o modo como a linguagem é utilizada não somente para dizer e se dizer, mas, também, para comunicar e interagir. Desse ponto de vista, elas trazem uma contribuição preciosa à retórica como estudo das modalidades verbais por meio das quais o locutor pode levar à adesão de seus alocutários. Ao mesmo tempo, elas relegam ao fundo o estudo da construção lógica do discurso e dos tipos de argumentos, para esclarecer plenamente o que está em jogo nas interações verbais, a utilização dos pronomes pessoais, as escolhas lexicais, os implícitos, etc.

Se a nova retórica se sobrepõe, por sua vez, aos trabalhos contemporâneos da linguística, não o faz sem reorientá-los vigorosamente para uma abordagem centrada na eficácia discursiva e, conseqüentemente, na dinâmica comunicacional que se estabelece entre o orador e o auditório. Nesse sentido, as marcas de subjetividade, como as pressuposições, são estudadas em função daquele a quem o discurso é endereçado e da influência que podem ter sobre ele. Embora a nova retórica seja centrada mais no discurso dialógico do que nas interações verbais, no sentido estrito do termo, ela não exige menor consideração de todos os elementos de linguagem implementados à luz da relação que eles permitem instaurar entre o locutor e o alocutário. Nessa perspectiva, os trabalhos de Perelman elucidam a importância dos fundamentos do discurso (argumentativo), a saber, os tópicos ou, ainda, a doxa, o saber partilhado de senso comum que se inscreve na língua e sobre o qual se funda, desde as premissas iniciais até a conclusão, todo discurso que anseia pela adesão dos espíritos. Sem dúvida, trata-se de uma matéria fecunda, que as ciências da linguagem contemporâneas parecem, cada vez mais, alimentar, para dela tirar proveito.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. *L'Argumentation publicitaire*. Rhétorique de l'éloge et de la persuasion. Paris: Nathan, "Fac Linguistique", 1997.
- ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle*. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, "Fac Linguistique", 1999.
- AMOSSY, R. *Images de soi dans le discours*. La construction de l'ethos. Genève: Delachaux et Niestlé, 1999. [*Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005].
- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Discours politique, littérature d'idées, fiction. Paris: Nathan, "Fac Linguistique", 2000.
- AMOSSY, R. *Des topoï aux stereotypes: Le doxique entre logos et pathos – Topoï, discours, argument*. E. Eggséd., Stuttgart: ZfSL, 2001.
- ANGENOT, M. *La parole pamphlétaire*. Typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1980.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'Argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1998.
- ANSCOMBRE, J.-C. *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995.
- AUSTIN, J.-L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Le Seuil, "Points Essais", 1970 [1^a ed. em inglês: 1962].
- BAKHTINE, M.; VOLOCHINOV, V.N. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Trad. do russo Marina Yaguello. Paris: Minuit, 1977.
- BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Recherches rhétoriques*. Paris: Points, repris de *Communications*, 16, 1970 [1994].
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris: Gallimard, 1974.
- BRETON, Ph. *L'argumentation dans le communication*. Paris: La Découverte, 1996.
- DOURY, M. *Le débat immobile*. Paris: Kimé, 1997.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1972.
- EGGS, E. *Grammaire du discours argumentative*. Paris: Kimé, 1994.
- FUCHS, C.; LE GOFFIC, P. *Les Linguistiques contemporaines*. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

GRIZE, J.-B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin, 1980.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. t. I. Paris: Colin, 1990.

KOREN, R. *Les Enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du terrorisme*. Paris: L'Harmattan, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Liège: Mardaga, 1984.

MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1991.

MARTEL, G. *Pour une rhétorique du quotidien*. Québec: CIRAL, 1998.

MOESCHLER, J. *Argumentation et Conversation*. Éléments pour une analyse pragmatique du discours. Paris: Hatier/Didier, 1985.

MOLINIÉ, G. *Dictionnaire de rhétorique*. Paris: Le Livre de poche, 1992.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*, La nouvelle rhétorique. Éditions de l'Université de Bruxelles, 1970 [1^a ed. 1958].

PERELMAN, C. *L'Empire rhétorique: Rhétorique et argumentation*. Paris: Vrin, 1977.

PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation: Introduction linguistique à l'étude de la parole argumentative*. Paris: Kimé, 1990.

PLANTIN, C. *Recherches sur l'interaction argumentative*. Synthèse pour l'habitation. Lyon2, 1995.

PLANTIN, C. *L'argumentation*. Paris: Le Seuil, "Mémo", 1996.

PLANTIN, C.; DOURY M.; TRAVERSO V. *Les émotions dans les interactions*. Arci/PUL, 2000.

SARFATI, G.-E. *Éléments d'analyse du discours*. Paris: Nathan, "128", 1997.

Tradução:

Patrícia Sousa Almeida de Macedo

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC) e docente na Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: pat-alm@hotmail.com

Recebido em 30/03/2018. Aceito em 02/06/2018.